

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: A AVALIAÇÃO FORMATIVA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Orlando da Silva Neto (1); Kelly Cristina de Sousa (1); Juliana Fernanda Vieira Souza (3);
Henrique Miguel de Lima Silva (4)

1 *Universidade Estadual da Paraíba, silva.orlando47@hotmail.com; 1 Universidade Estadual da Paraíba, kellybibliotecaria@yahoo.com.br; 31 Universidade Estadual da Paraíba julianafvs1@gmail.com; 4Universidade Federal da Paraíba henrique.miguel.91@gmail.com*

Resumo:

Ainda que muitas discussões se debrucem na área da educação e inclusão é impossível dizer que não exista mais espaço para debater e buscar novas respostas. O presente artigo tem como objetivo discutir alguns desafios dentro da educação inclusiva entrelaçando com uma teoria ligada à psicologia da educação, a avaliação formativa, com finalidade de apanhar estratégias para situar alunos que estão enquadrados nessa modalidade. Para isso serão levantadas questões de empecilhos encontrados nas mais diversas tentativas de inclusão no contexto escolar, colocando como hipótese para amenizar situações envolvidas o uso das ferramentas Erro e Feedback. A pesquisa de cunho bibliográfico qualitativo se sustenta em teóricos como Mantoan (2003), Luckesi (1998) Lopes & Silva (2001), a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, Brasil (1996) entre outros.

Palavras-chave: Inclusão, desafios, erro, feedback.

INTRODUÇÃO

Ainda que muito se debata sobre a inclusão dentro do contexto escolar brasileiro, é notório que é um campo vasto a ser explorado, e que muita coisa ainda pode ser discutida. Todos ser humano tem direito à educação (BRASIL, 1996). O que se nota é que, quando se trata da prática, os sujeitos que estão envolvidos no processo não estão 100% dentro do assunto “Inclusão” e acaba contribuindo para o que se chama não-inclusão.

Um grande problema também é a falta de conhecimentos que os sujeitos marginalizados dentro da educação possuem, e assim acabam não usufruindo dos seus direitos legais como cidadãos brasileiros. Quando se trata da educação inclusiva, por exemplo, geralmente existe uma confusão se tratando da “Integração” e da “Inclusão” (MANTOAN, 2003).

Quando se fala de psicologia da educação e educação inclusiva, de início parece que esses temas habitam em patamares diferentes, mas, se analisar bem, tudo se entrelaçam e podem reder uma boa reflexão. Dentro da psicologia da educação se imagina uma teoria chamada avaliação formativa que tem finalidade de debater questões de avaliação das

aprendizagens, e abarca assuntos além de uma mera avaliação tradicional de qualquer instituição.

Partido disso esse artigo tem como objetivo discutir alguns desafios dentro da educação inclusiva entrelaçando com uma teoria ligada a psicologia da educação, a avaliação formativa, com finalidade de apanhar estratégias para situar alunos que estão enquadrados nessa modalidade. Serão levantadas questões de empecilhos encontrados nas mais diversas tentativas de inclusão no contexto escolar, bem como questões de integração e inclusão, colocando como hipótese para amenizar situações envolvidas o uso das ferramentas Erro e Feedback que são objetos de estudos dentro da avaliação formativa.

Com base em teóricos como Mantoan (2003), Luckesi (1998) Lopes & Silva (2001) e a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB), documento que abrange não só a educação inclusiva, mas toda a educação do Brasil (1996), a pesquisa segue em cunho bibliográfico, constituída de forma qualitativa. Se justifica no fato de haver uma necessidade de discussões com nova propostas abarcando novas linhas de pesquisas que possam contribuir para uma ideia ainda amais inclusiva. Em primeiro momento será debatido sobre a batalha de uma real inclusão dentro das escolas, trazendo noções de inclusão e integração. Logo em seguida uma discussão que coloca a teoria da avaliação formativa como estratégia para a educação inclusiva.

1 INCLUSÃO ESCOLAR: UMA BATALHA DIÁRIA

Partindo do pressuposto no qual a educação inclusiva é uma proposta que sempre terá um ponto a se adaptar e melhorar, pode-se dizer que, discussões que envolvem essa temática nunca será algo demais, ou irrelevante aos estudos. A proposta de uma educação inclusiva vem há algum tempo atrás, alocada na Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, porém até os dias atuais a teoria não mantém uma boa relação com a prática.

Seja por motivos de desvalorização partindo de efeitos socioeconômicos, ou mesmo pelo fato do ser humano ser falho e insistir em permanecer petrificado numa era na qual existam dois pesos e duas medidas. A inclusão se torna assim uma batalha diária que enfrenta gigantes problemas, que começam de sua base teórica até a prática.

No contexto escolar em si, muitos aspectos contribuem para uma exclusão. Sabemos que há diferenças onde quer que vá, mas ao que parece, essa palavra é forte demais dentro de uma instituição de ensino. Segundo Mantoan:

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmo. [...] a escola não pode

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN, 2003 p.12)

No Brasil, é notória a misticidade que existe em sala de aula. Seja de raça, classe social, sexualidade, ou pessoas com necessidades especiais e etc. Há assim uma mistura de culturas, e isso não se pode negar. Essas pessoas têm suas peculiaridades, ou necessidade, a diferença entre eles é algo superficial, sendo que mesmo com características diferentes, têm-se direito iguais.

Para situá-los dentro do contexto de ensino, é necessário todo um planejamento que adapte as metodologias de ensino, e o cotidiano escolar, aos que integram o quadro de alunado sem qualquer distinção. É visível que não é uma batalha fácil, porém indispensável para uma inclusão de verdade. O professor deve contar com ajuda dos pais e da parte administrativa da escola para ter melhor relação com aquele indivíduo. Se por acaso esse sujeito já responde por si só, como acontece em casos de EJA (Educação de Jovens e Adultos), é importante que o docente crie estratégia para adentrar no contexto do aluno para incluí-lo em qualquer atividade dentro da instituição de ensino.

A parte administrativa de uma instituição deve, com certeza, também ficar atento quando o assunto é incluir. Sabe-se que é dessa instância que as comandas vêm, ou seja, tudo deve ser autorizado a partir da direção. Essa deve cobrar de seus superiores melhorias, tais como qualificação, formação continuadas, base de suporte, entre outras especificidades que uma escola necessita para incluir o aluno.

Sem isso, pode-se dizer que a instituição apenas integra o aluno. Coloca-o em contato com a escola, mas esse não se situa ao contexto. O discente está lá, mas não consegue se adaptar ao ambiente, aos outros sujeitos e às atividades escolares. Isso foi o que Mantoan (2003) Explanou no seu livro **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**, trazendo noções de conceitos de *Integrar* e *Incluir* segundo ela:

A discussão em torno da integração e da inclusão cria ainda inúmeras e infundáveis polêmicas, provocando as corporações de professores e de profissionais da área de saúde que atuam no atendimento às pessoas com deficiências – os paramédicos e outros, que tratam clinicamente crianças e jovens com problemas escolares e de adaptação social. A inclusão também “mexe” com as associações de pais que adotam paradigmas tradicionais de assistência às clientela; afeta, e muito, os professores da educação especial, temerosos de perder o espaço que conquistaram nas escolas e redes

de ensino; e envolve grupos de pesquisa das universidades. (MANTOAN, 2003 p.14)

Em relação à semântica dos vocabulários, inclusão e integração, percebe-se uma certa semelhança de significado, mas existe uma diferença que muda todo o percurso dentro da educação.

1.1 Incluir x integrar

Um dos grandes erros que paira perante a sociedade é confundir em presença seus direitos sociais e achar que as instâncias estão cumprindo aquilo que é seu real dever. Dentro da educação, sabemos que há uma grande demanda de diferenças culturais, e a educação inclusiva veio para atender as exigências dessas diferenças. Segundo a LDB,

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996)

Partindo disso, é possível denotar que a inclusão dos alunos com necessidades de atendimento especial é um direito posto em documentos oficiais do país. O que muito se nota é que essa inclusão, na verdade, geralmente não é colocada como deveria ser. Para Mantoan (2003), incluir é colocar o aluno em um real contato com todos os sujeitos do processo de ensino/aprendizagem, “é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aulas”.

Diferente da integração, em que os alunos se perdem dentro do contexto escolar. Mantoan diz que “pela integração escolar o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aulas do ensino regular ao ensino em escolas especiais”.

Não se pode confundir integração com inclusão. Os pais devem ficar atentos nessa questão, tendo em vista que facilmente encontra-se instituições que apenas integram, inserem os alunos, tanto aqueles que precisam de cuidados especiais, quanto alunos com dificuldades de aprendizagens, na sala de aula. É direito de todos terem uma educação de qualidade, e deve ser cobrada diariamente daqueles que têm obrigação e oferecer isso. Não se pode ficar de braços cruzados esperando que mudem por si só, afinal se isso acontecesse já estaria mais avançado quando o assunto é educação inclusiva.

2. A AVALIAÇÃO FORMATIVA E UMA APRENDIZAGEM VERDADEIRA: INCLUSÃO NA SALA DE AULA

Um assunto que vem ganhando espaço dentro da educação é a avaliação. Muito já se tem documentado sobre essa temática, mas, assim como a inclusão, é algo que sempre terá um ponto a se debater, uma renovação. Para chegar até aqui, a avaliação das aprendizagens passou por todo um processo no qual a transformou no que se conhece hoje (ou o que era para ser conhecido).

Foram quatro períodos que marcaram o percurso histórico da avaliação¹. Desses períodos os que se destacam são aqueles que apresentam noções da teoria da avaliação formativa, a qual defende várias estratégias para colocar o aluno como um sujeito ativo dentro do ato de aprendizagem. Partindo disso, pode-se fazer uma ponte e interligar dois assuntos em escalas distintas, mas que pode se correlacionar facilmente: a avaliação formativa, e a inclusão dentro da sala de aula.

A avaliação formativa não só proporciona uma medição a aprendizagem do aluno, nela contém um aspecto onde o professor constrói junto ao aluno saberes. Essa teoria surgiu dentro da evolução que passou o processo avaliativo. Antes de tudo a avaliação vinha apenas com um plano de mediar a aprendizagem do aluno para saber o quanto esse absorveu do conteúdo pragmático

Tendo isso em vista, fica fácil perceber que os alunos eram vistos como o sujeito passivo na relação de ensino-aprendizagem. É o que acontece geralmente com os alunos que estão enquadrados dentro do que chamam de educação inclusiva. Na maioria das vezes os olhares preconceituosos tanto marginalizam esses alunos, como os colocam em uma posição totalmente passiva.

A teoria da avaliação foi documentada e o desafio agora é colocá-la em prática. Não é fácil fazer uso dessa teoria, sendo que o professor necessita de um tempo a mais para praticar suas ações. A avaliação formativa, através de suas ferramentas, o erro e o feedback, propõe que o professor precisa desenvolver um percurso em círculo, no qual acontece um planejamento, uma aplicação e uma observação. Ocorrendo isso, partindo da análise o professor deve rever e refazer tudo novamente e proporcionar um real aprendizado. Assim o professor notará o que impede aquele aluno de aprender. Segundo Lopes e Silva:

O feedback é uma informação fornecida por um agente (por exemplo, professor, colega, livro,pais, ou a própria experiência) sobre aspectos do

¹ As 4 gerações da avaliação das aprendizagens em PINTO, J.; SANTOS, L. Modelos de avaliação das aprendizagens. Lisboa: Universidade Aberta, 2006.

desempenho ou da compreensão. Um professor ou pai pode fornecer informações corretivas sobre um comportamento, um colega pode fornecer uma estratégia alternativa para resolver um problema, um livro pode fornecer informações para clarificar ideias, os pais podem proporcionar encorajamento e um aluno pode refletir sobre a proposta dada a um exercício para avaliar a sua adequação. O feedback é, assim, uma “conseqüência” do desempenho. (LOPES & SILVA, 2001, p. 47)

O uso dessa ferramenta dentro da sala de aula se torna indispensável. O professor consegue construir uma metodologia a partir das respostas que ele obteve dos alunos, e se tornará mais fácil de aquele manter uma melhor relação com esse. Colocando isso dentro da sala de aula para uma educação inclusiva, facilmente o docente poderá usar o feedback para atrair seus alunos e fazer com que eles fiquem mais desenvolvidos, tanto na relação de aluno/professor, aluno/aluno, quanto no contexto escolar em geral.

Geralmente esses alunos marginalizados dificilmente conseguem construir uma boa relação com seus colegas, e afetam até mesmo na sua relação com o professor e no seu desempenho. Por isso a necessidade de usar métodos que quebrem essa barreira. Outra ferramenta posta na teoria da avaliação formativa é o *erro*. Segundo Luckesi:

Os erros da aprendizagem, que emergem a partir de um padrão de conduta cognitivo ou prático já estabelecido pela ciência ou pela tecnologia, servem positivamente de ponto de partida para o avanço, na medida em que são identificados e compreendidos, e sua compreensão é o passo fundamental para a sua superação. Há que se observar que, o erro, como manifestação de uma conduta não-aprendida, decorre do fato de que há um padrão já produzido e ordenado que dá a direção do avanço da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, a compreensão do desvio, possibilitando a sua correção inteligente. (LUCKESI, 1998 p.57)

Essa ferramenta está alocada mais para o processo de aprendizagem dentro da sala de aula, dentro em vista de que a partir dos erros dos discentes o professor pode replanejar e reaplicar atividades ou conteúdos pragmáticos para que haja um real entendimento. Sabe-se que a exclusão dentro de uma sala de aula, aqui no Brasil, é enorme, e são aqueles que estão à margem que sofrem mais com isso. Alunos de EJA, com deficiência, com transtornos, são os que mais apresentam dificuldades de aprendizagem, e com uso de táticas como o erro e o feedback pode-se amenizar isso.

A avaliação formativa é algo que deve ser colocado em prática urgentemente, não só dentro do quadro de alunos que necessitam de uma assistência especial, mas para todos que estão em um contexto escolar. Como foi dito, é um pouco complicado pelo fato do tempo que o professor necessitará, mas, enquanto não se pode enquadrar todos dentro dessa teoria, é interessante que

ainda seja usada de fato como aqueles que precisam de uma olhar especial. A educação é um direito de todos, e apenas frequentar uma instituição não quer dizer que é satisfatório. As bases governamentais, as direções e os professores devem agarrar estratégias que garantam uma inclusão de todos dentro do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à educação inclusiva se faz necessário replanejar com cautela e com um olhar crítico para rever conceitos e preconceitos ainda existentes. Dentro de uma instituição de ensino incluir não é apenas colocar em contato com a sala de aula, mas envolver em todas as atividades e sujeitos que ali estão e são desenvolvidas. Educação é para todos, e é notório que tem gente que se engana ao achar que está fazendo uso do seu direito. Os pais dos alunos e até mesmo os alunos devem manter o olho aberto e procurar ficar por dentro dos seus direitos legais, e nesta situação ter conhecimento do que é Integração e Inclusão.

Mais ainda, as instituições devem por si só fazer que a inclusão aconteça, e por isso desenvolver planos que permitam que isso seja alcançado, não só na sala de aula, mas em todo o contexto da escola. As teorias da avaliação formativa podem contribuir para com isso, tendo em vista que em sua meta se tem um olhar inclusivo: quer incluir o alunos em todas atividades, e colocá-lo como um ser capaz de falar por si mesmo, de um olhar crítico e ativo. O professor também precisará de uma base para isso, e de tempo para fazer com que isso seja posto em prática.

REFERÊNCIAS

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7ª Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PINTO, J.; SANTOS, L. **Modelos de avaliação das aprendizagens**. Lisboa: Universidade Aberta, 2006.